Polícia Civil deflagra operação contra desvio de R$ 2,8 milhões em concessionária de rodovias de Mato Grosso

Operação Rota Paralela investiga esquema criminoso de desvio de combustíveis envolvendo funcionários e terceiros em MT

A Polícia Civil de Mato Grosso lançou nesta quarta-feira (4) a **Operação Rota Paralela**, com objetivo de desarticular um alegado esquema ilícito de desvio de combustíveis que envolvia servidores e pessoas externas vinculadas a uma concessionária administradora de rodovias estaduais.

Durante a operação foram cumpridas 23 mandados judiciais, compreendendo sete mandados de busca e apreensão, seis medidas cautelares diversas da prisão, seis ordens de congelamento de recursos financeiros e quatro proibições judiciais sobre veículos. Todas as determinações foram expedidas pelo Poder Judiciário baseadas em apurações realizadas pela Delegacia Especializada de Combate à Corrupção (Deccor).



O Tribunal também determinou o sequestro e arresto de patrimônios e quantias até R$ 2.796.942,48, além da permissão para acessar informações em aparelhos eletrônicos que eventualmente sejam apreendidos.

As operações ocorrem nas localidades de Cuiabá, Várzea Grande, Colíder e Alto Taquari, com participação de agentes das Delegacias de Alto Araguaia e Colíder.



Detalhes da operação ilícita

As apurações efetuadas pela Deccor tiveram início quando a concessionária detectou prováveis desvios nas transações realizadas com cartões corporativos, instrumentos destinados unicamente para combustível de veículos e máquinas usados em conservação e manutenção das rodovias estaduais.

De acordo com as evidências levantadas, a trama criminal envolvia o uso irregular dos cartões para efetivar abastecimentos fictícios ou desproporcional às operações da concessionária, permitindo o deslocamento ilícito de combustíveis e acúmulo de créditos em pontos comerciais.



Conforme apontam as investigações, os gestores dos cartões corporativos teriam explorado seus cargos para executar atividades criminosas, possivelmente com colaboração de terceiros no direcionamento dos combustíveis apropriados.

A revisão de 26.113 movimentações de abastecimento, efetivadas entre janeiro de 2024 e julho de 2025, constatou 6.520 transações irregulares, atingindo aproximadamente R$ 2,8 milhões.



Dentre as anomalias identificadas destacam-se abastecimentos realizados em horários noturnos, múltiplas operações em períodos inadequados com a capacidade dos automóveis e utilização de cartões relacionados a máquinas que não corresponderiam aos quantitativos movimentados.

Fundamentado nas evidências coletadas, foi elaborado pedido pelas medidas judiciais aprovadas pelo Poder Judiciário. As determinações judiciais procuram ampliar as investigações, esclarecer a contribuição individual dos acusados, garantir a preservação de evidências e facultar a recomposição dos montantes presumidamente desviados.